

PIB Potencial, Produtividade e Competitividade

1) ...

2) ...

3) Competitividade

3.1) Noção;

3.2) Portugal competitivo;

3.3) Portugal, custos de contexto;

3.4) Portugal, alguns trechos;

3.5) Portugal, a armadilha

Miguel Cadilhe

**Economia e Políticas Públicas
– Módulo 3 –**

**FEG-UCP
2007/08**

3) Competitividade

3.1) Noção

COMPETITIVIDADE

Noção

Competitividade:

É nível de vida.

É PIB per capita.

(Manuais de Economia)

Quanto mais competitivo for um país maior será o seu PIB per capita.

E vice versa.

Porquê?

O Aluno comentará...

Competitividade:

«É a capacidade concorrencial das empresas nacionais nos mercados externo e interno»

(BP, Relatório 2004, p 39)

3) Competitividade

**3.2)
Portugal
competitivo:
alguns
factos**

PORTUGAL anos 2 mil

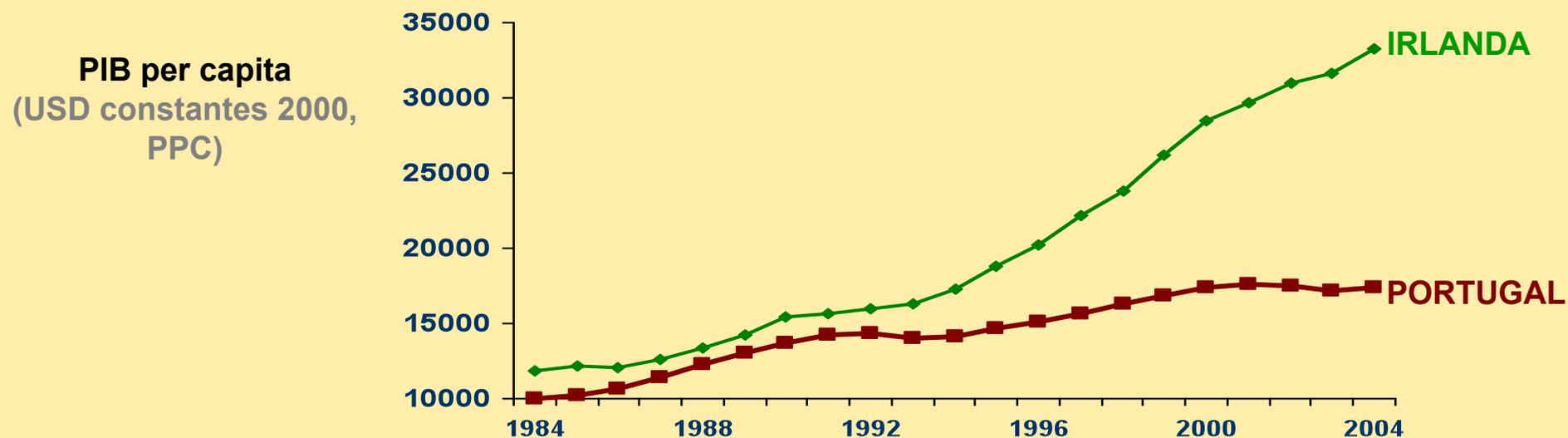
Crescimento real decepcionante

Anos	PIB	INV _(FBCF)	
2001	+2,0%	+1,0%	
2002	+0,8%	-3,5%	
2003	-0,8%	-7,4%	
2004	+1,3%	+0,3%	
2005	+0,5%	-3,1%	
2006	+1,3%	-2,0%	
	Média +0,84%	Média -2,0%	O Aluno calculará

Fonte: BP, Relatório anual, 2006

COMPETITIVIDADE é PIB per capita PPC

- Portugal versus Irlanda -



COMPETITIVIDADE é PIB per capita PPC

- Portugal versus UE25 -

PIB per capita, em paridade de poderes de compra:

Portugal 2006:

- 18º país na UE25.

“Convergência real” entre 1991 e 2006, média anual:

- Portugal divergiu cerca de 1% real/ano da média UE25.
- Outros (como Espanha e vários NEM) convergiram.

COMPETITIVIDADE é PIB PER CAPITA (PPC)

- Portugal versus UE15 -

- UE15 = 100%

- Portugal 1995: 68%

- Portugal 2000: 73%

(Quebra da série estatística em 2003)

- Portugal 2006: 65%

Fonte: BP, Relatório anual, 2006, quadro A.3.4

COMPETITIVIDADE

- Portugal e reformas estruturais -

GDP per capita:

20 years annual average growth rate?

“Human capital”

lowered Portuguese growth by 1,2%/year... (*)

“Inefficiencies” and “country specific effects”

lowered Portuguese growth by 1,5%/year... (*)



Portugal needs structural reforms

GDP p.c.
less 2,7%
per year
for 20 years
(*)

(*) Estas estimativas são questionáveis. O estudo valo o que vale, refere-se aos anos 1970-90 e considera 19 países.

Fonte: OECD “Growth project”, 2001 and OECD, “Economic Surveys – Portugal”, 2003

COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES

- Portugal: Quotas de mercado e Margens do exportador -

Em 10 anos (1998 a 2007):

Os Exportadores Portugueses

- perdem 15% de quota de mercado...
- e, conjugadamente,
- perdem 6% de margem de lucro.

COMPETIVIDADE

- Portugal: Salários, Produtividade, CUT, Euro... -

O Aluno
actualizará os CUT
(ver por ex.,
BP, Relatório anual 206)

“High wage increases and low productivity growth resulted in a sharp increase in unit labour costs and, together with the shift of productive resources from the private to the government sector, undermined the external competitiveness of the Portuguese economy.” (CE, *The Portuguese economy after the boom*, 2004)

Em oito anos, 1995-2003, os custos unitários de trabalho portugueses subiram, em média, cerca de 2,5 pontos percentuais/ano acima da UE 15.

A isto se junta o agravamento por efeito do euro forte em confronto com concorrentes de fora da zona euro, a vender dentro e fora da zona.

E a tudo se juntam os “custos de contexto” e o sobrepeso do Estado.

COMPETITIVIDADE e PRODUTIVIDADE do TRABALHO

- Portugal versus UE15 -

- **UE15 = 100%**

- **Portugal 1995: 62,3%**

- **Portugal 2000: 66,7%**

(Quebra da série estatística em 2003)

- **Portugal 2006: 60,4%**

Fonte: BP, Relatório anual, 2006, quadro A.3.4

COMPETITIVIDADE

Portugal: economia informal

(% do PIB oficial)

1989/90	1991/92	1994/95	1997/98	1999/00	2001/02
15,9	17,2	22,1	23,1	22,7	22,5

O Aluno responderá:
- Por que razão
a economia paralela
pode afectar a competitividade?

Ver anexo H de "O Sobre peso do Estado em Portugal"

Fonte: Friedrich Schneider, *Size and measurement of the informal economy in 110 countries around the world.*

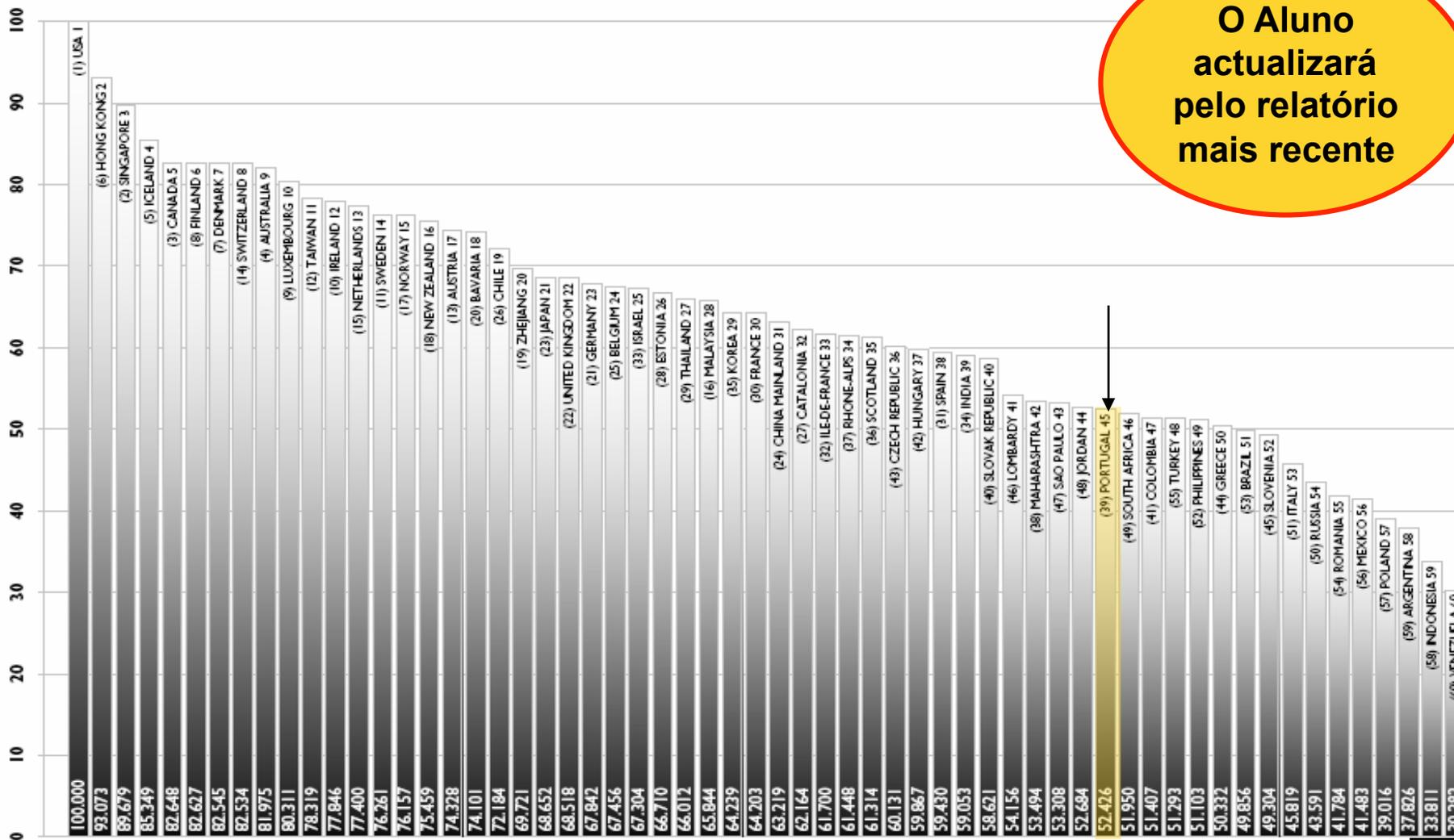
Paper com o apoio do Banco Mundial, 2002.

Método baseado na procura de moeda)

IMD WORLD COMPETITIVENESS YEARBOOK 2005

Portugal é 45º em 60 países ou regiões

O Aluno
actualizará
pele relatório
mais recente



MC

(2004 rankings are in brackets)

COMPETITIVIDADE

IMD WORLD COMPETITIVENESS YEARBOOK-2005

Portugal: ranking nos diversos itens

O Aluno
actualizará
pelo relatório
mais recente

Ranking 60 países

Items	Portugal 2004
1) Overall	45
2) Economic performance	44
2.1) International investment	42
2.2) Employment	32
2.3) Prices	13
(...)	
3) Government efficiency	41
3.1) Public finance	46
3.2) Fiscal policy	38
3.3) Business legislation	38
3.4) Education	35
3.5) Institutional framework	43
(...)	

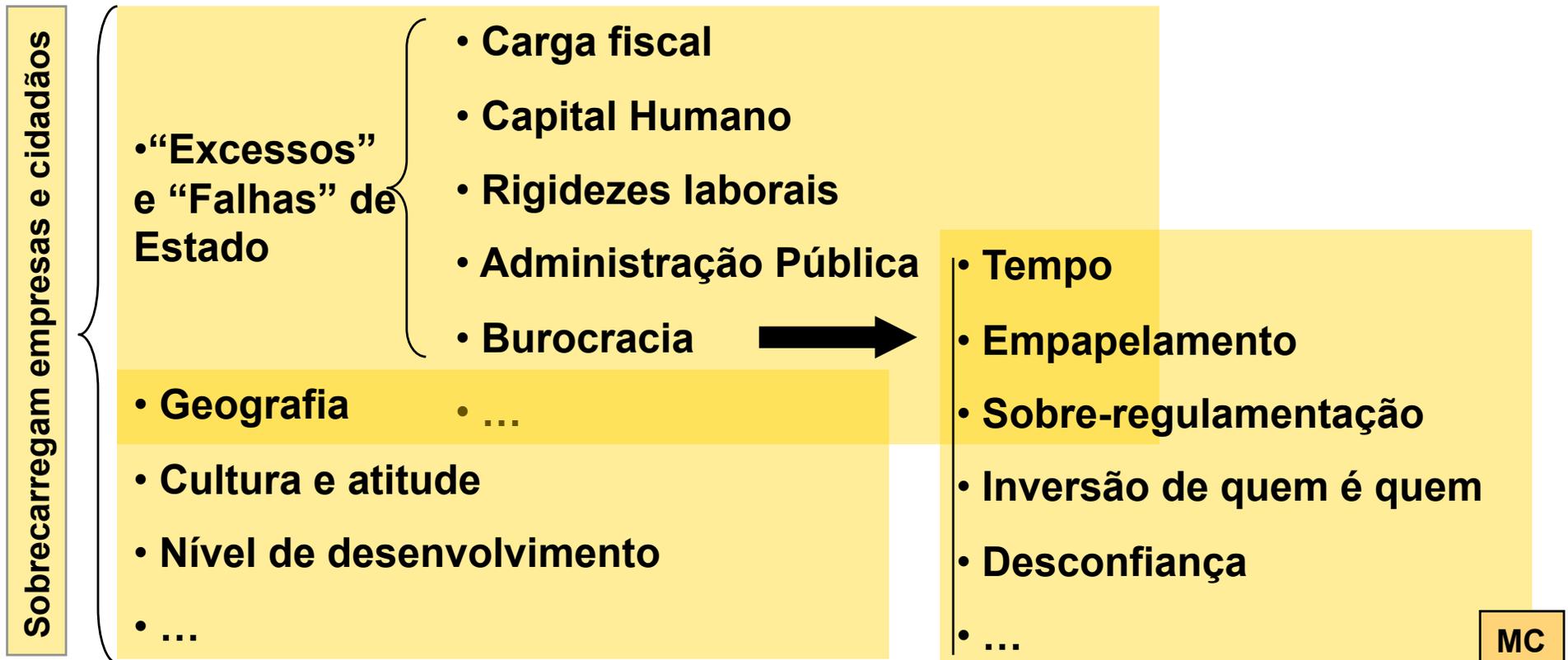
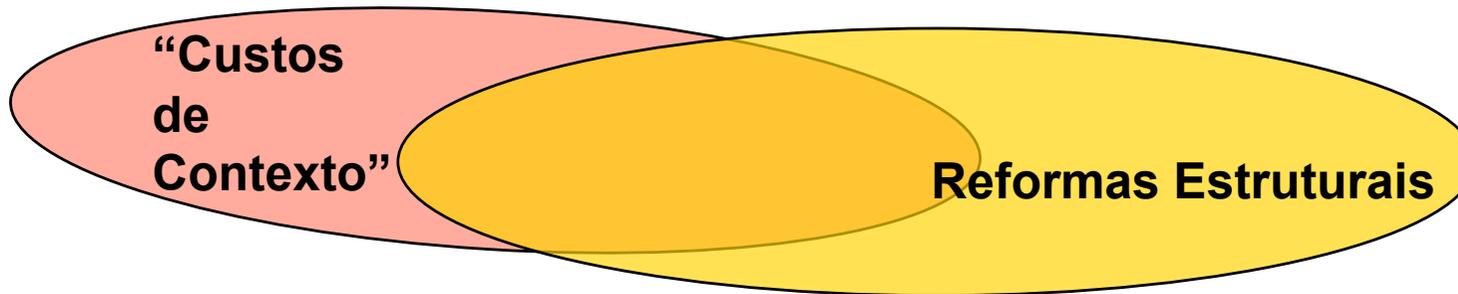
Items	Portugal 2004
4) Business efficiency	51
4.1) Productivity	54
4.2) Labour market	48
4.3) Management practices	53
(...)	
5) Infrastructure	35
5.1) Basic infrastructure	41
5.2) Technological infrastructure	29
5.3) Science infrastructure	53
5.4) Health and environment	35
5.5) Investment in telecoms	4
5.6) Fixed telephone lines	34
(...)	

3) Competitividade

**3.3)
Portugal:
custos de
contexto**

COMPETITIVIDADE

Noção de custos de contexto (“CC”)

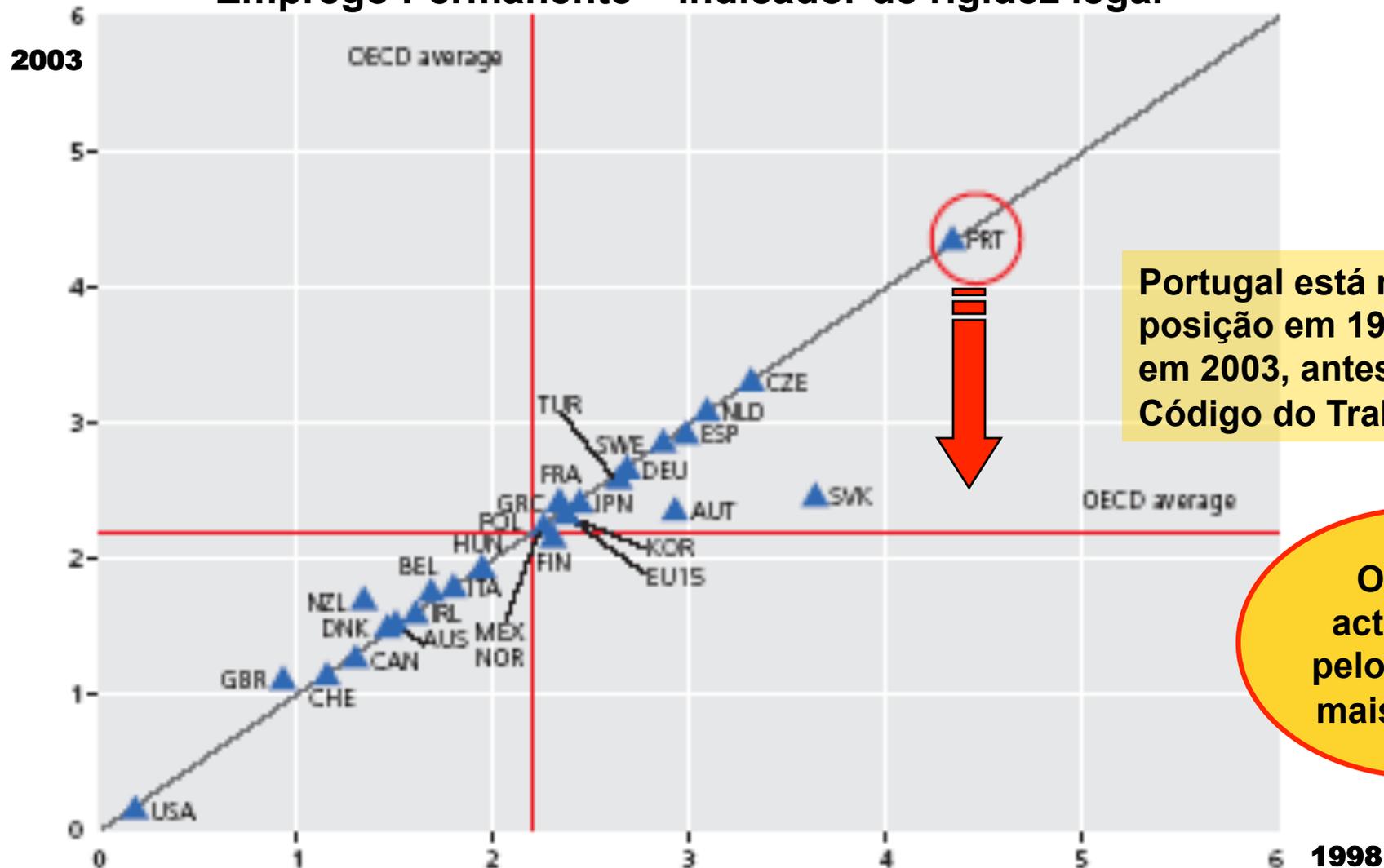


COMPETITIVIDADE

Portugal: exemplo 1º de “CC”

- Flexibilidade versus rigidez do emprego -

Emprego Permanente – Indicador de rigidez legal



Portugal está na pior posição em 1998 e repete em 2003, antes do novo Código do Trabalho.

O Aluno actualizará pelo relatório mais recente

Fonte: OCDE, “Economic policy reforms – Going for growth”, 2005, ou “Employment Outlook”, 2004.

COMPETITIVIDADE

Portugal: exemplo 2º de “CC”

- Capital humano -

- Produtividade do Trabalho (hora)

Portugal = 60,4% da média UE 15 2006

- Ensino Secundário completo

Portugal é o pior da UE 15

Portugal	21%	dos “ativos” com 25-64 anos
UE 15	65%	“ “ “ “ “

- Iliteracia funcional (documentos, instruções, mapas, gráficos, etc.)

Portugal é o pior em 18 países da OCDE.

Portugal: ~ 80% têm capacidade reduzida de compreender

COMPETITIVIDADE

Portugal: exemplo 2º de “CC”

- Capital humano -

- “The ineffectiveness of the Portuguese education system (...) justifies strong policy attention.”
- “Reforms in the administrative structure of education are required.”
- “... ensure that the skills and competencies provided match the needs of the labour market in order to meet real-life challenges...”.
- Upper levels of education: “the traditional bias in favour of general education programmes.”

OECD Survey Portugal, 2003, page 84.

”The results strongly suggest that the provision of education in Portugal is inefficient.

The same educational outcome could potentially be obtained with fewer resources (...) or a better outcome could be obtained with the same resources”.

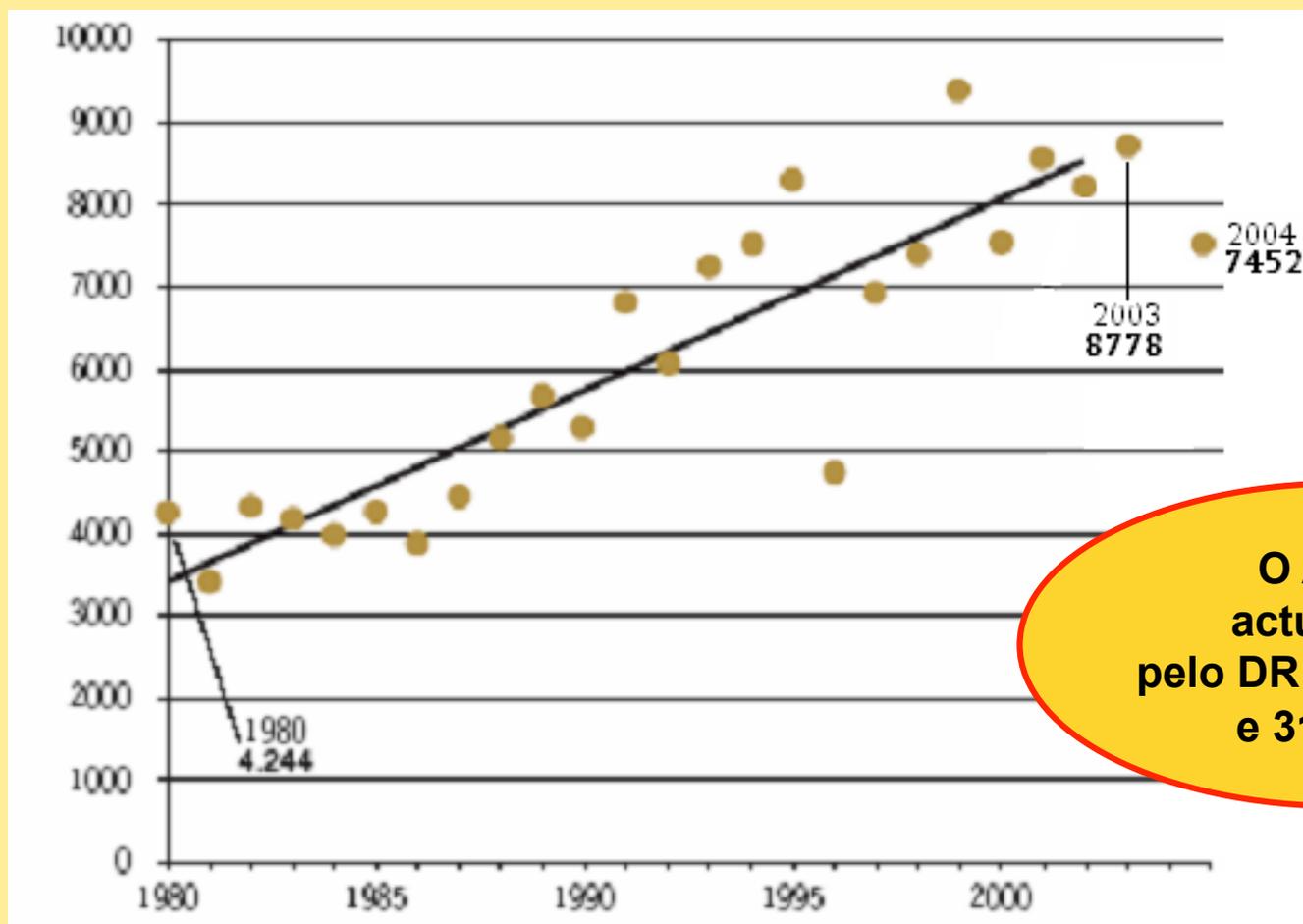
CE, *The Portuguese economy after the boom*, Abril 2004, p.26

COMPETITIVIDADE

Portugal: exemplo 3º de “CC”

- Densidade regulamentar -

Número de páginas da 1ª Série do Diário da República



O Aluno
actualizará
pelo DR de 31 XII 05
e 31 XII 06

COMPETITIVIDADE

Portugal: (contra) exemplo 4º de “CC”
- Criação de empresas -

Constituição de empresas em 2005

	Tempo (dias)
Média UE 15	31
Média UE 25	36
Média Novos Países	44
Portugal	78

Mas 2006:
“Empresa
na hora”!
Ver adiante
trecho
de CT

O Aluno
actualizará pelo
Doing Business in
2006, in 2007, site WB.

Fonte: Relatório “*Doing Business in 2005*”
Removing obstacles to growth,
Banco Mundial

COMPETITIVIDADE

Portugal: exemplo 5º de “CC”

- Licenciamentos pela Administração Pública -

PORTUGAL - UM CASO REAL

O “Projecto X” tem por base um território com 1.350 ha, sendo 1.150 ha de floresta e 200 ha dedicado ao empreendimento propriamente dito. Nestes 200 ha, a área urbanizável é inferior a 25%, sendo mais de 75% de áreas verdes. O projecto tem um índice de implantação e de construção de, respectivamente, 9% e 16,5% da área urbanizável, contemplando as seguintes componentes: três aparthotéis de 5 estrelas, campo de golfe de 18 buracos, centro hípico, centro de talassoterapia/clínica, apartamentos de luxo, aldeamentos turísticos de 5 estrelas, moradias turísticas, 2 clubes de ténis e *health club* e ainda zonas de comércio e lazer.

Trata-se de um investimento de 470 milhões de euros que criará 1200 postos de trabalho directos.

Em Julho de 1995, foi elaborado o 1º protocolo de viabilização do Plano de Pormenor (PP) entre a Câmara Municipal e o Promotor do projecto X.

Em Maio de 1996, após publicação do PDM, definiram-se as Áreas de Desenvolvimento Turístico (ADTs), que são zonas urbanizáveis, e deu-se o início formal do PP, 2º protocolo entre a Câmara Municipal e o Promotor.

Após parecer favorável da Comissão Técnica de Acompanhamento do PP, discussão pública e aprovação em Assembleia Municipal do parecer favorável da Comissão Nacional da REN (ICN) à desanexação da ADT/PP9 e parecer positivo da DGOTDU, o Secretário de Estado do Ordenamento do Território (SEOT), porém emitiu, em Janeiro de 2002, despacho desfavorável à ratificação.

Em Janeiro de 2002 o Promotor impugnou judicialmente o despacho do SEOT.

Em Janeiro de 2003 foi ratificado o PP por Resolução do Conselho de Ministros.

A RCM n.º 57/2003 estabelece no seu n.º 4: “(...) as acções e os projectos considerados no presente Plano de Pormenor ficam sujeitos a avaliação de impacto ambiental (AIA), de acordo com o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 69/2000.”

Com a publicação desta RCM, o promotor decidiu desistir da impugnação judicial do Despacho do SEOT.

Todavia, a interpretação do citado n.º 4 veio gerar algumas divergências. A CCDR Alentejo afirma: “de acordo com o regime estabelecido no DL n.º 69/2000, apenas se consideram sujeitos a AIA, os projectos incluídos no anexo I e anexo II”. O ICN defende a “necessidade de submeter a AIA todas as acções contidas no Plano de Pormenor”, o que implica elaborar um grande número de estudos de impacto ambiental não contemplados nos anexos do DL n.º 69/2000.

Em Agosto de 2004, o SEOT subscreve a posição do ICN.

A interpretação do ICN parece desproporcionada ao Promotor do projecto X.

Passados 8 anos do seu início formal e depois de suportados os custos de 75 projectos de diferentes especialidades, o Promotor ainda não sabia (no fim de 2004) se e quando poderia dar início ao investimento.

3) Competitividade

**3.4)
Portugal:
alguns
trechos**

Para o Aluno
comentar...

«A competitividade da economia portuguesa é o que está em causa.

A competitividade precisa de reformas estruturais, que é incumbência de políticos, sejam reformas das funções e administrações do Estado, de que trato aqui, sejam reformas de outros mecanismos da economia (vg, mercados do trabalho e de certos bens e serviços) enquadrados pelo Estado, de que não trato ou só trato indirectamente.»

MC, O Sobrepeso do Estado em Portugal

Para o Aluno
comentar...

Portugal está mal de competitividade.

Que mudanças estão ao real alcance dos políticos? Vendo bem, o que podem os nossos políticos fazer pela competitividade, numa economia aberta, em plena União Europeia e União Monetária?

Na verdade, podem pouco e podem muito. Por exemplo, é facto que a nossa competitividade externa, relativamente delapidada pelo *euro forte*, requer ganhos de produtividade interna e moderação salarial. Ora, os nossos políticos não mandam no euro, mas podem ter influência benéfica ou nefasta sobre a produtividade e os custos do trabalho.

MC, *O Sobre peso do Estado em Portugal*

Para o Aluno
comentar...

Não estará ele (o bom político) a fustigar a competitividade quando, por exemplo, faz redistribuição por via da política fiscal e orçamental, mediante mais impostos e mais despesas (...)?

Ou quando, por exemplo, mexe nos tempos de trabalho, que são uma outra forma de redistribuição, mediante menos horas/semana, mais feriados, mais férias, mais faltas justificadas?

MC, O Sobre peso do Estado em Portugal

- A nossa produtividade depende de muita coisa. Depende da organização das empresas, do investimento, do conhecimento; da educação e formação dos trabalhadores; dos “custos de contexto”.
- Em grande medida, a produtividade depende do Estado e dos sistemas por ele geridos (como educação, justiça, e tantos outros), não só porque a própria produtividade do Estado também pesa no cômputo nacional, mas sobretudo por aquilo que o Estado faz *pró* ou faz *contra* a produtividade dos outros, cidadãos e empresas, e ainda pelos recursos que lhes retira.
- Precisamente aí, levanta-se a questão do Estado *robusto, pequeno, eficiente, moderno, Estado pessoa de bem, contido e cumpridor, Estado pessoa de boas contas*. A antítese do que Portugal hoje é. E é aí, a esse ponto cardeal, que pode chegar o alcance dos políticos.

MC, *O Sobre peso do Estado em Portugal*

Para o Aluno
comentar...

- A economia e o programa preconizado requerem que se baixe, não que se suba o rácio *RF/PIB*, que em 2004 ronda os 37%.
- E a competitividade internacional revelar-se-á no futuro, provavelmente, a pressão mais aguda no sentido de baixarmos o rácio das receitas fiscais, com especial acuidade em sedes de IRC, IRS e IVA.

MC, *O Sobrepeso do Estado em Portugal*

**Para o Aluno
comentar...**

- **Procurando não ser pessimista, é de esperar que os novos tempos, a união monetária e o euro, a concorrência externa e as reformas estruturais internas tragam, apesar de tudo, uma vigorosa competitividade e um tecido empresarial português renovado e mais robustecido pelas provas de fogo por que vem passando.**
- **Questão é que não sejam cometidos erros de travejamento do nosso futuro. Questão é que, por exemplo, os governos usem acertadamente a política orçamental. E que o Estado se auto-reforme, se modernize, se reconceitue, se redimensione, se contenha.**

MC, O Sobrepeso do Estado em Portugal

Assim, o reforço da competitividade do País passará essencialmente pela incidência do impulso reformista em domínios das políticas microeconómicas, tais como

- (i) combate à informalidade;**
- (ii) aposta na inovação empresarial;**
- (iii) funcionamento do mercado do trabalho e da formação profissional;**
- (iv) eficácia do sistema judicial;**
- (v) simplificação dos actos das empresas, em geral, e do licenciamento nos sectores do Turismo e da Construção, em especial;**
- (vi) combate permanente a todos os “custos de contexto”.**

E, como pano de fundo, um esforço continuado de aumento da concorrência, que se traduzirá positivamente quer como fonte de inovação, quer na redução dos preços de “inputs” fundamentais para a competitividade das empresas portuguesas.

Carlos Tavares, Políticas Microeconómicas para Portugal, 2007

**Para o Aluno
comentar...**

Há três áreas de melhoria em que vale a pena apostar.

- **Em primeiro lugar, numa maior eficiência e operacionalidade do novo sistema de transportes e logística. O que passa por profundas mudanças no funcionamento dos portos que lhes confirmam eficiência e competitividade, pela intermodalidade assegurada por adequadas plataformas logísticas e por uma aposta (finalmente) no transporte eficaz de mercadorias por caminho-de-ferro com ligação adequada ao resto da Europa. É preciso, também, conseguir uma oferta de transporte aéreo que nos coloque mais próximos de toda a Europa (...).**
- **A segunda área de melhoria tem que ver com a indispensável mudança nos processos de ordenamento e licenciamento relacionados com a construção residencial e o turismo.**
- **A terceira área está claramente assumida e diz respeito à reforma da Administração Pública.**

Carlos Tavares, Políticas Microeconómicas para Portugal, 2007

**Para o Aluno
comentar...**

- **Efectivamente, as políticas microeconómicas e reformistas são hoje a via principal para um futuro diferente e melhor para a economia portuguesa. Elas são, todavia, as mais difíceis de aplicar – porque exigem o empenhamento de todos os agentes económicos e não apenas do Estado – e as que normalmente produzem efeitos mais lentos. São, também, por isso, as mais difíceis de explicar e menos atraentes do ponto de vista mediático.**
- **Para além do objectivo agregado do défice orçamental, as componentes da política orçamental – impostos e despesa pública – têm efeitos poderosos a nível microeconómico.**

Carlos Tavares, *Políticas Microeconómicas para Portugal*, 2007

**Para o Aluno
comentar...**

- **Os países com melhores condições atraem mais projectos e beneficiam de maior crescimento. Portanto, os países com localização mais excêntrica – como a Suécia, a Irlanda ou o Leste – têm de compensar essa sua desvantagem através da aposta na inovação e na competitividade fiscal.**
- **Por tudo isto, a redução significativa da tributação em IRC constitui um elemento lógico e necessário de uma política de oferta que visa efeitos rápidos,**

Carlos Tavares, *Políticas Microeconómicas para Portugal*, 2007

- Numa pequena economia aberta a gestão dos preços relativos e do equilíbrio externo se faz muito mais pela via da gestão da procura e das condições de eficiência das empresas do que pela via das taxas de câmbio. O que faz ressaltar a importância da política orçamental e das políticas microeconómicas dirigidas às condições de reforço da competitividade das empresas.

A política de rendimentos é também uma componente relevante neste quadro. A moderação salarial, traduzida numa relação entre os ganhos de salários e os ganhos de produtividade relativamente a outros países, é um requisito da preservação ou reforço dos níveis de competitividade. Mas ela só será eficaz se suportada por políticas financeiras consistentes com esse objectivo.

Significa isto que a perda de instrumentalidade das políticas monetária e cambial num caso como o português está longe de poder considerar-se uma perda irreparável.

Carlos Tavares, *Políticas Microeconómicas para Portugal*, 2007

- Sendo um dado adquirido a importância crucial da produtividade como condição de competitividade da economia e do aumento da riqueza distribuída, importará sublinhar que esta última relação não é automática. Isto é, se o aumento da produtividade é uma condição necessária do aumento de riqueza dos portugueses, ela não é, todavia, uma condição suficiente.
- Com efeito, numa pequena economia aberta que, em geral, não tem a capacidade de fixar os preços das suas exportações no mercado internacional – ou seja, é um “price-taker” – é possível que os compradores com maior poder imponham reduções de preços que correspondem à apropriação de parte dos ganhos de produtividade.
- Em termos macroeconómicos, tal corresponde à deterioração dos termos de troca no comércio internacional (preços das exportações *versus* preços das importações). Se isto acontecer, os ganhos do aumento da produtividade perdem-se parcial ou totalmente a favor de outros países.
- Por exemplo, nos sectores dos têxteis, vestuário e calçado, estima-se que as empresas portuguesas retêm apenas cerca de um terço do valor dos bens que produzem. O restante perde-se em canais de distribuição, incluindo a aposição de marcas criadas por terceiros. Por isso, é necessário estar cada vez mais próximo do consumidor final e incorporar nos bens produzidos o valor correspondente a “*design*” e marcas próprias.

Carlos Tavares, *Políticas Microeconómicas para Portugal*, 2007

Para o Aluno
comentar...

- **Bens transaccionáveis**, que são aqueles que se impõe privilegiar, como forma de gerar maiores competitividade e produtividade na nossa economia.
- É hoje consensual que a mudança do nosso modelo de desenvolvimento passa criticamente por uma atitude de aposta sistemática na inovação e num processo persistente de qualificação dos recursos humanos. Têm de ser essas as bases de um novo paradigma de competitividade da nossa economia, enquadrado num ambiente empresarial “amigo” da concorrência e da eficiência.

Carlos Tavares, *Políticas Microeconómicas para Portugal*, 2007

- A questão da competitividade fiscal e dos efeitos positivos da redução do IRC põe-se com particular acuidade no quadro ibérico. Sendo certo que muitas empresas de Portugal e Espanha, e mesmo multinacionais, têm cada vez mais estratégias ibéricas, a vantagem do IRC pode ser um factor importante na domiciliação dos centros ibéricos dos grupos empresariais. Tal como, em geral, a domiciliação internacional dos lucros das multinacionais não ignora as diferenças de tributação dos mesmos.
- A redução do IRC é um incentivo neutro e justo. É neutro porque não privilegia a maior utilização relativa de qualquer dos factores de produção (capital ou trabalho). E é fundamental que, quando dirigimos toda a política económica aos ganhos de produtividade e à mudança do modelo competitivo, a fiscalidade não dê sinais contraditórios, nem interfira na escolha dos meios de produção mais eficientes.
- Esta neutralidade já não existe na citada alternativa, por vezes sugerida, de redução da TSU. Neste caso, estaríamos a promover o uso relativamente mais intenso do factor trabalho. O que pode ser aparentemente atraente do ponto de vista do emprego, corresponderia, afinal, à reprodução agravada do modelo até agora seguido na economia portuguesa. O custo relativo mais baixo do trabalho em Portugal é uma das causas estruturais da nossa baixa produtividade.
- Igualmente não parece razoável a sugestão da redução da TSU como alternativa à antiga desvalorização da moeda. A desvalorização do escudo - certamente necessária por razões conjunturais ao tempo - foi um factor de adiamento dos ajustamentos necessários pelas empresas e dos indispensáveis ganhos de produtividade. Sacrificou a competitividade estrutural à competitividade conjuntural.

- Não pode ignorar-se o longo caminho que muitos dos países que são apontados como perigosas ameaças da disputa do bom investimento internacional – em especial os da Europa de Leste – têm de percorrer nas suas novas etapas de integração europeia.
- Em muitos dos novos países da EU há fragilidades muitas vezes não reveladas pelas estatísticas ou por uma observação mais superficial. Por exemplo, se é verdade que os níveis de educação são relativamente elevados, parece que a adequação dos *curricula* e do tipo de treino da mão-de-obra aos novos tempos poderá ser menos que perfeita. E que isso torna a força de trabalho menos flexível e produtiva, embora haja que reconhecer que um mais elevado grau de literacia torna as pessoas mais abertas e adaptáveis. Por outro lado, a qualidade das instituições terá também ainda um caminho importante a percorrer. O funcionamento dos sistemas judiciais (em geral, pesados e lentos), a aplicação efectiva das regras da concorrência, a protecção dos direitos de propriedade e o próprio funcionamento da administração central e local são domínios onde haverá certamente muito para melhorar nos novos Estados – Membros. Também os seus sistemas financeiros estão longe dos padrões de qualidade e eficiência, que caracterizam o actual sistema financeiro português. Finalmente, a convivência com um regime cambial estrito, com limitações aos auxílios de Estado seja pela via fiscal ou outra e com regras ambientais mais rigorosas implicará um grande esforço de adaptação estrutural que Portugal, presente na EU há 19 anos, afinal, já fez.

- **Porventura, a expressão mais usada por políticos, líderes de opinião, líderes associativos e instituições internacionais, da OCDE ao FMI passando pela Comissão da UE, tem sido, ao longo dos anos, “reformas estruturais”. Nem sempre, porém, é referido o que em concreto lhe está subjacente. Seja para resolver o problema das finanças públicas, seja a questão da saúde ou da segurança social, sejam os problemas da educação ou do mercado de trabalho, seja a ineficiência da administração da justiça, etc, para tudo a solução desagua em reformas estruturais (ditas quase sempre em abstracto). A verdade é que a mudança necessária da nossa estrutura económica e o conseqüente reforço da competitividade exigem mesmo um impulso reformista quase permanente. Todavia, quando se desce ao significado e conteúdo concretos do termo reforma, começam os problemas. Por um lado, porque nem todos defendem o mesmo modelo económico e social. Mas também, eu diria principalmente, porque reforma implica mudança. E mudar implica, por um lado, um passo para uma situação nova, desconhecida. Mas sobretudo implica atingir interesses instalados. E quase sempre todos concordam com a mudança até ao ponto em que os seus próprios interesses são atingidos.**

Carlos Tavares, *Políticas Microeconómicas para Portugal*, 2007

Para o Aluno
comentar...

- **O projecto de implantação do novo sistema de criação de empresas – com redução do prazo geral para 48 horas e a possibilidade de utilização exclusiva da via electrónica - não foi concretizado, apesar de ter sido completamente configurado na base de uma proposta da API e do Fórum da Competitividade e de um relatório do Ministério da Justiça sobre a referida proposta. Tínhamos assumido o compromisso de o implantar até finais de 2004 e isso era exequível. A posterior aprovação pelo XVII Governo de medidas de desburocratização e do sistema “empresa na hora” acabaram por vir ao encontro dos objectivos daquele projecto.**

Carlos Tavares, Políticas Microeconómicas para Portugal, 2007

3) Competitividade

**3.5)
Portugal:
a armadilha**

Para o Aluno
comentar...

Economia portuguesa na armadilha, a meu ver...

- **“Recessão grave” (*gap* do PIB)...**
&
- **Abrandamento do PIB potencial...**
&
- **Competitividade debilitada...**
&
- **Economia paralela...**

“Quality of institutions”

Instabilidade dos Governos

Sobrepeso do Estado

Reformas estruturais

“Custos de contexto”

Erros afectação recursos

RHs

Supply side

Erros política anticíclica

Economia portuguesa na armadilha:

- **“Recessão grave” ...**
- **Competitividade débil...**
- **Economia informal...**

Euro forte

Salários e Produtividade

Investimento empresarial

Velho Pacto 97

Globalização

Alargamento UE

Petróleo

Monetarismo BCE

“Quality of institutions”

Instabilidade dos Governos

Sobrepeso do Estado

Para o Aluno comentar...

Reformas estruturais

O que está ao alcance dos políticos?

RHs

Supply side

Economia portuguesa na armadilha:

- **“Recessão grave” ...**
- **Competitividade débil...**
- **Economia informal...**

anticíclica

Salários e Produtividade

Euro forte

Investimento empresarial

Velho Pacto 97

Globalização

Alargamento UE

Petróleo

Monetarismo BCE

